

A GUERRA “EM NOME DO” SAGRADO: PODER MÍTICO E VIOLÊNCIA NO DISCURSO POLÍTICO DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

WAR “IN THE NAME OF” THE SACRED: MYTHICAL POWER AND VIOLENCE IN BRAZILIAN FAR RIGHT
POLITICAL DISCOURSE

Argus Romero Abreu de Moraes

Professor visitante na Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS) – FUNDECT-MS, Processo nº 23104.024886/2023-19). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3606-110X>. E-mail: argusromero@yahoo.com.br

RESUMO

No presente texto, temos por intuito investigar a conexão entre dois campos do saber, o do sagrado e o da guerra, condensados conceitualmente no imaginário de “guerra sagrada” no discurso político da extrema direita brasileira atual. Para tanto, na primeira seção, discutiremos a relação entre memória e ordem. Na segunda, investigaremos a relação entre mito e poder. Por fim, na terceira, analisaremos o funcionamento da condensação discursiva entre ordem, memória, mito e poder em quatro enunciados produzidos por Jair e Michelle Bolsonaro. Como conclusão, sustentamos que o uso recorrente da preposição “por” e da locução prepositiva “em nome de” tem por objetivo indicar a autoridade da fonte enunciativa, o sagrado, em relação à ação instrumental, a violência, de modo a transferir a responsabilidade discursiva da apologia da violência via esquema da guerra para os símbolos míticos, os quais funcionam como os garantidores ou fiadores morais desta última.

Palavras-chave: guerra; sagrado; poder mítico; violência sacrificial; extrema direita brasileira.

ABSTRACT

In this text, we aim to investigate the connection between two fields of knowledge—the sacred and war—conceptually condensed in the imaginary of “sacred war” in the political discourse of the current Brazilian far-right. To this end, in the first section, we will discuss the relationship between memory and order. In the second, we will investigate the relationship between myth and power. Finally, in the third, we will analyze the functioning of the discursive condensation between order, memory, myth, and power in four statements produced by Jair and Michelle Bolsonaro. In conclusion, we argue that the recurrent use of the preposition “for” and the prepositional phrase “in the name of” are intended to indicate the authority of the enunciative source—the sacred—in relation to the instrumental action—violence—in order to transfer the discursive responsibility for the apology of violence via the scheme of war to mythical symbols, which function as the latter's moral guarantors.

Keywords: war; sacred; mythical power; sacrificial violence; brazilian far-right.

Considerações iniciais

Considerando a universalidade da experiência do sagrado na constituição e organização das sociedades humanas (Meslin, 2014), torna-se interessante investigar como as narrativas míticas permitem significar a violência como ação benévola. A nosso ver, isso ocorre quando a agressão, notadamente no que se refere às guerras, associa-se discursivamente à defesa de uma causa sagrada. Para ser legítima, portanto, a violência deve ser realizada “por” ou “em nome de” um bem comum ou uma autoridade moral, marcados simbolicamente por nomeações de entidades e valores transversais à comunidade.

No presente texto, analisaremos a condensação entre o sagrado e a guerra em quatro enunciados produzidos por Jair e Michelle Bolsonaro no contexto das eleições presidenciais em 2022. Sustentamos que o uso recorrente da preposição **por** e da locução prepositiva **em nome de** tem por objetivo criar efeitos de causalidade e finalidade sagradas (por Deus = em nome de Deus = pela causa de Deus = para Deus) e, com isso, legitimar a apologia da violência nesse discurso político, transferindo a responsabilidade de suas ações para os símbolos/signos míticos nomeados, os quais funcionam como seus garantidores ou fiadores morais.

Cosmos e Mnémosine

O sagrado funciona como a base imaginária tendencialmente transversal a grupos antagônicos nas estruturas jurídicas, econômicas e políticas. Compreendido como não ideológico, pois tido como transparente e colocado acima das contradições utilitárias das disputas pelo poder social (Durkheim, 2020; Meslin, 2014), esse lugar simbólico se constitui como uma espécie de “zona de segurança” para a manutenção da coesão social e para a elaboração dos sentidos do presente e do futuro pelo passado herdado.

“Todos os conteúdos do espírito, por mais que tenhamos que atribuir-lhes sistematicamente um domínio próprio e fundamentá-lo em seu próprio ‘princípio’ autônomo, na realidade nos são dados primeiro neste entrelaçamento” entre linguagem e mito, afirma Cassirer (2013, p. 63-64). Para a perspectiva neokantiana do filósofo alemão, “[a] consciência teórica, prática e estética, o mundo da linguagem e do conhecimento, da arte, do direito e o da moral, as formas fundamentais da comunidade e do Estado, todas elas se encontram originariamente ligadas à consciência mítico-religiosa” (Cassirer, 2013, p. 63-64). O vínculo entre o espírito humano e a elaboração mítica dos símbolos possui tal força que, quando a segunda enfraquece, o primeiro passa a estar ameaçado de desintegração, acarretando uma sensação de absurdo.

Basicamente, todas as culturas atribuem um lugar especial à Palavra em sua fundação, remetendo-a à força da linguagem na separação do humano em relação à natureza por meio de sua capacidade simbólica. Em especial, as cosmogonias fundadas no contraste dual entre o bem e o mal essencializam a distinção entre os grupos pela sua ligação a essa realidade primeira,

venerando na “palavra falada” a “força primordial” pela qual o cosmo adquire uma conotação moral-religiosa (Cassirer, 2013, p. 66).

“A este primado de origem corresponde o de seu poder. Amiúde, o nome de deus, não o próprio deus, parece ser a verdadeira fonte de sua eficácia. O conhecimento deste nome submete àquele que o possui também o ser e a vontade do deus”, assevera Cassirer (2013, p. 67), alçando o *mythos* não apenas ao alicerce do *logos*, mas também à fonte da qual esse poder emerge para produzir ordem (*cosmos*) a partir do caos.

Assim, o ato de nomear não se restringe à denotação do mundo, à descrição de suas entidades e da natureza das relações entre elas. Ao contrário, a nomeação presentifica a ausência, dando vida aos mortos, de modo que o sentido da vida ultrapassa a esfera do meramente orgânico para se transformar na capacidade de ter/ser memória. Ou seja, a vida está associada à lembrança por processos de nomeação, enquanto a morte se vincula ao esquecimento, ao apagamento da possibilidade de ser dito e, com isso, corporificado.

Nas palavras do próprio autor:

[e]m geral, o ser e a vida do homem estão ligados tão estreitamente a seu nome, que, enquanto este se mantém e é pronunciado, seu portador é considerado como presente e diretamente ativo. [Dessa maneira,] [o] morto pode, a cada instante, ser “invocado”, no verdadeiro sentido do termo, tão logo seu nome seja invocado pelos sobreviventes. [...] [q]uanto maior o poder de um ser, e quanto mais sua eficácia e “significação” mítica contém, tanto mais se estende a significação de seu nome (Cassirer, 2013, p. 70-71).

Destarte, o nome representa a própria pessoa e sua pronúncia significa tornar presente a pessoa ao qual se refere, atribuindo-lhe existência, dando-se a conhecer também seus perigos. O sagrado, em última instância, tanto pode curar quanto ferir, devendo ser regrado seu uso e o contato com seus símbolos, “tudo isto nos ensina a compreender o que sentiam os primeiros cristãos quando diziam: em nome de Deus, em nome de Cristo, em vez de dizerem: em Deus e em Cristo” (Cassirer, 2013, p. 66).

No cristianismo, ao se falar liturgicamente, por exemplo, “em nome de Deus” para a criança ao imergi-la na água batismal, a palavra no nome do Senhor passa a tomar posse e a preencher esse corpo. Para as narrativas mítico-religiosas, o *logos* possui uma função performativa, de modo que falar é agir, assim como expressa a consciência e a interioridade daquele que o profere. Sua eficácia simbólica surge do fato de que a origem de todo dizer é a Palavra divina, criadora do mundo e de sua ordem. Remeter ao nome de Deus significa atravessar o tempo em direção à origem do que há e do Seu poder em dar vida ou morte, memória ou esquecimento, força ou fraqueza aos humanos.

A palavra, então, é concebida como ser e força substanciais, antecipando até mesmo a sua função cognitiva, “ideacional”, de “órgão do espírito” (Cassirer, 2013, p. 79). Ela constrói e



articula a realidade espiritual, em que “saber” algo está associado à aprendizagem do mito central dos grupos, isto é, à memória do homicídio da divindade e das suas consequências para os humanos. Esquecer, no sentido inverso, implica o “verdadeiro sacrilégio”, a “falta”, o “pecado”, uma vez que se esquece de que a existência humana é fruto de uma “ação divina”, logo, sagrada (Eliade, 2016, p. 97). A compreensão da linguagem como fator distintivo de nossa espécie, por conseguinte, é narrada pelo mítico antes do lógico, de onde retira sua eficácia, seu poder de fazer coisas e de agir sobre o mundo e os demais seres. Para:

A deusa Mnemósine, personificação da “Memória”, irmã de Cronos e de Oceanos, é a mãe das Musas. Ela é onisciente: segundo Hesíodo (*Teogonia*, 32, 38), ela sabe “tudo o que foi, tudo o que é, tudo o que será”. Quando o poeta é possuído pelas Musas, ele sorve diretamente da ciência de Mnemósine, isto é, sobretudo do conhecimento das “origens”, dos “primórdios”, das genealogias. As *arkhês* (*Teogonia*, 45, 115) – o aparecimento do mundo, a gênese dos deuses, o nascimento da humanidade. O passado assim revelado é mais que o antecedente do presente: é a sua fonte. Ao remontar a ele, a rememoração procura, não situar os eventos num quadro temporal, mas atingir as profundezas do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual proveio o cosmo, e que permite compreender o devir em sua totalidade. (Eliade, 2016, p. 108).

Para o poeta, o aedo, falar em nome do divino significa remeter a um saber primordial, consagrando sua fala e auxiliando-o a não cometer imprecisões. Pede, assim, autorização dos deuses para falar a memória dos homens, voltando à fonte de seu poder, relacionada às “origens”, aos “primórdios” e às “genealogias”. Sob a autoridade do divino, garante profundidade ao seu dizer, o qual deve ser ritualizado. Por meio de *Mnemósine*, consegue ver mais longe, ter acesso a “tudo o que foi, tudo o que é e tudo o que será”. “Eis por que, na medida em que é ‘esquecido’, o passado – histórico ou primordial – é homologado à morte. A fonte de Letes, o ‘esquecimento’, faz parte integrante do reino da Morte. Os defuntos são aqueles que perderam a memória”, assevera Eliade (2016, p. 108-109).

A Memória remete ao Uno, anterior à separação e distinção das coisas, promove a união e unificação simbólica do mundo, de maneira que não há Uno sem Memória, nem Memória sem o Uno. Por meio dela, liga-se o começo ao fim, e o fim ao começo, característica de onde surge sua força para associar os distintos grupos ao sentido de existência coletivo, para conferir finalidade às suas ações e para garantir o compartilhamento das normas comportamentais. Há, assim, na antiguidade grega, dois tipos de memória, uma referente aos eventos ocorridos nos primórdios dos tempos, outra relacionada às existências anteriores, mais próxima à concepção moderna da história, a qual trata de eventos históricos e pessoais (Eliade, 2016).

Letes, o “Esquecimento”, opõe-se com igual eficácia às duas espécies de memória. Mas Letes é importante em face de alguns privilegiados: 1) aqueles



que, inspirados pelas Musas ou graças a um “**profetismo ao reverso**”, conseguiram recuperar a memória dos eventos primordiais; 2) aqueles que, como Pitágoras ou Empédocles, conseguem recordar-se de suas existências anteriores.[...] Os primeiros têm acesso ao conhecimento das “origens” (origem do Cosmo, dos deuses, dos povos, das dinastias). Os outros se recordam de sua “história”, ou seja, de suas transmigrações. (Eliade, 2016, p. 110, grifo nosso).

No âmbito da análise do discurso, “[m]emória deve ser entendida [...] não no sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”, destaca Pêcheux (2007, p. 49-50). Nesse curto excerto, podemos distinguir quatro tipos de memórias, a saber: (i) a memória psicológica ou individual, associada ao funcionamento cognitivo do armazenamento e processamento cerebral das informações; (ii) a memória mítica, tendencialmente oral e que remete à fundação do mundo; (iii) a memória social, dispersa nas distintas práticas sociais e nos hábitos da coletividade; (iv) a memória do historiador, construída por procedimentos hermenêuticos e heurísticos dos estudiosos das sociedades, pautando-se, para tanto, em categorias científicas e dados de análise.

Para Le Goff (2013, p. 32), “[...] há pelo menos duas histórias [...]: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. O trabalho do historiador e, acrescentamos, do analista do discurso, seria o de “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (Le Goff, 2013, p. 32). Mais à frente, acrescenta: “assim, nas perspectivas da nova problemática histórica, o mito não é só objeto da história, mas prolonga, **em direção às origens**, o tempo da história, enriquece os métodos do historiador e alimenta um novo nível da história, a história lenta” (Le Goff, 2013, p. 58, grifo nosso).

Com base nesses raciocínios, agruparemos os quatro tipos de memórias mencionadas em duas categorias: (1) uma memória tendencialmente dóxica, metafísica, teleológica, cotidiana, sem o crivo da crítica teórica às fontes da interpretação, tornando-se, em vista disso, tendencial e imaginariamente parafrástica, contínua, uma espécie de “força centrípeta” semântica; (2) e outra tendencialmente epistêmica, pautada na dessacralização dos textos e de seus sentidos, fundada na polissemia, na contradição das relações materiais humanas, fundamento do trabalho teórico-metodológico do estudioso do discurso.

Metodologicamente, mobilizaremos tanto o viés discursivo sobre a memória, com vistas à explicação dos fenômenos sociais, quanto o olhar dóxico sobre o mundo, no intuito de entender a força persuasiva do **mítico**. Para Foucault (2008, p. 53), devemos, “a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”. Cada enunciado emerge em condições de possibilidade que entrecruzam uma memória, um saber com uma

atualidade, não se restringindo nem à linearidade da história, nem surgindo como um aerólito misterioso.

Foucault (2008) propõe, assim, que devemos passar do pensamento ao pensável, do dizer ao dizível e dos sentidos corpóreos ao sensível, deslocando a centralidade da análise do indivíduo para a posição-sujeito, para o lugar social no qual a subjetividade é chamada a falar. O dizer, sustenta o filósofo, é constrangido por regras enunciativas organizadas historicamente, as quais se reorganizam periodicamente de acordo com descontinuidades que reorientam os modos de ver, ser e sentir dos grupos sociais.

Mythos e kratos

Para Han (2019, p. 22-23), “[o] poder do poder consiste justamente no fato de poder induzir sem precisar ‘ordenar’ expressivamente por meio de decisões e ações. O poder não é o oposto de liberdade”. Nesse viés, deve-se distinguir “poder” de “violência” ou “coerção”, uma vez que o primeiro permite certa liberdade de adesão, tornando sempre possível que se aja de outro modo. Apesar de pressupor a coerção, não se restringe a ela.

Por meio do poder, acrescenta, torna-se possível construir algo, colaborar, dar espaço ao outro, o que não ocorre com a violência: “É verdade que o estado de direito dispõe da possibilidade de utilizar a violência, o que é ativado pela violação da ordem jurídica [...] isso não significa, contudo, que o estado de direito *baseia-se* na violência ou em outra sanção negativa” (Han, 2019, p. 33). O cerne de sua argumentação é que a sanção negativa ou a violência não é **condição** necessária para a existência da função positiva do poder. Em suma, “[p]or trás da lei, é claro, há a espada. Mas não *se baseia* nela. E tem pouco poder quem consegue fazer cumprir sua decisão apenas por sanção negativa” (Han, 2019, p. 33).

Não obstante, ao fazer parte de um processo de comunicação, a violência pode funcionar como uma mensagem: “[t]ambém a violência física que é utilizada para impor uma determinada ação ao outro, nessa medida, ainda faz parte de um processo de comunicação ao realizar, mesmo que de modo violento, uma decisão de ação” (Han, 2019, p. 40). Todavia, destaca Han (2019, p. 40), “[t]orturas arbitrárias ou assassinato sem sentido do outro, sem qualquer intencionalidade comunicativa, remetem a essa violência nua, sem sentido, *pornográfica*, sem dúvida. Ela não visa comunicar-se”.

A ambivalência da violência entre a comunicação e a nudez parece fundamental para que possamos compreender o modo como bolsonarismo retoma a violência crua cometida nos porões da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) para transformá-la em uma mensagem que possa causar adesão política na atualidade. Jair Bolsonaro raramente nega os crimes dos militares. Ao contrário, afirma-os publicamente para defender tanto as políticas de segurança pública quanto a necessidade de um golpe de Estado em pleno século XXI, como deixam claros os eventos de 8 de janeiro de 2023.

O estudo histórico e antropológico da violência nos mostra que o poder de violência – fundimos, aqui, poder e violência, comunicação e crueza – se mostra legítimo e desejável em alguns contextos. O imaginário da guerra, criado enunciativamente pela extrema direita brasileira, permite a inversão moral do mundo: passa-se do “não matarás” ao “matarás” como dever básico do cidadão. Ancora-se, para tanto, na lógica da sobrevivência, em que a vida do inimigo – o Eles – representa a morte potencial dos amigos – o Nós. Duas categorias teóricas podem nos ajudar a explicar a distinção moral do guerreiro pela ostentação da força e da morte: **mana** e **carisma**. Sobre a primeira, Canetti (1960 *apud* Han, 2019, p. 45, grifo nosso) destaca:

Sob *mana* compreende-se no Pacífico um tipo de **poder sobrenatural e impessoal** que pode passar de um ser humano a outro. As pessoas o desejam muito, e é possível se concentrar em um único indivíduo. Um guerreiro valente adquiri-lo [*sic*] em grande quantidade. Não deve a ele, contudo, sua experiência na batalha ou sua força corporal, mas ele é **transmitido a ele da mana de seu inimigo golpeado**. [...] O **efeito da vitória** para os que sobrevivem não pode ser entendido de maneira clara. **Ao matar os outros, torna-se mais forte**, o aumento em mana faz dele capaz de novas vitórias. **É um outro tipo de benção que ele arranca do inimigo**, mas ele só pode recebê-la se este estiver morto. A presença física do inimigo, vivo ou morto, é indispensável. **Deve-se guerrear e deve-se matar; tudo depende do ato de matar**. As partes manejáveis do corpo que o vencedor assegura-se de incorporar e com as quais se adorna lembram-no do aumento do seu poder.

Não se trata de fazer uma aplicação automática entre sociedades tão distintas, como é o caso dos povos originários do Pacífico e o Brasil do século XXI, mas a mana nos permite compreender como o poder de matar se vincula miticamente ao poder divino de criar e destruir. A guerra aparece, então, como uma situação social na qual a interdição da violência, que regula as relações internas à comunidade, passa a se tornar um dever de violência, colocando o mundo do avesso ao inverter suas normas morais. Nesse contexto, os feitos do guerreiro representam a salvação do Nós, visto que se associam ou à luta contra a escravidão ou à garantia de liberdade de seu povo. Seu nome passa a estar associado à glória, à bravura, à honra e à coragem, e não à vergonha e à culpa. Expressa, assim, uma força mítica, uma benção divina, recebendo reconhecimento coletivo.

Calveiro (2019) analisa como os militares dos campos de concentração argentinos atribuíam recorrentemente a si mesmos o poder divino enquanto torturavam, atacavam ou mesmo impediam os internos de se suicidarem. Viam-se como aqueles que decidiam sobre a vida e a morte ao proferir enunciados como: “Nós somos tudo para vocês. A justiça somos nós. Nós somos deuses”; “aqui, Deus somos nós”; “aqui dentro ninguém é dono de sua vida, nem de sua morte. Não poderás morrer porque quer. Vai viver todo o tempo que nos ocorrer. Aqui



dentro somos Deus" (Calveiro, 2019, p. 53, tradução nossa). Esse "messianismo" vincula-se à "condição divina associada a este *direito de morte*", pontua Calveiro (2019, p. 53, tradução nossa).

Além disso, ressalta a investigadora e ex-prisioneira, haveria um prazer especial por parte do poder concentracionário ao se assenhorar das vidas dos internos desses campos, o de administrar a morte como deseja e de exibir intencionalmente tal arbitrariedade, dotando-lhe de um caráter absoluto e inapelável. Longe de se tratar de uma irracionalidade, manifesta uma forma de validar tamanha assimetria na decisão sobre os destinos de quem pode viver e quem deve morrer (Calveiro, 2019). O segundo aspecto que emerge do contato simbólico do corpo humano com o sagrado é o carisma, relacionado ao êxtase e à perda de identidade dos seguidores na veneração e no magnetismo do líder.

[O carisma] Tem uma longa história no discurso teológico cristão, e significava o dom da graça, lembrando em certo sentido a ideia grega do "homem" divino, ou o conceito romano de *facilitas*, que é a habilidade inata do herói para levar um projeto ao sucesso graças à sua ligação com o divino. Para os cristãos, o carisma significava o reconhecimento intuitivo por parte das pessoas leigas de que um santo tinha contato íntimo com Deus. [...] Shils, por exemplo, escreve que "o carisma está relacionado à necessidade de ordem. As atribuições das qualidades carismáticas ocorrem na presença da criação de ordem, no desvendamento da ordem, enfim na revelação da ordem como um poder" (1965: 204). Neste sentido, o carisma está intrinsecamente ligado ao *status quo*. (Lindholm, 1993, p. 222-223).

Considerando esse raciocínio teórico, pode-se compreender a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência como fruto da eficiência de sua campanha e das instituições que apoiaram sua transformação na encarnação simbólica do mito na política, aquele que possuiria o "dom da graça", o "herói" tornado "divino" ao sobreviver a um atentado. Tocado por Deus, passa a gozar do privilégio de ter "contato íntimo" com Ele e de ser porta-voz de Seus mandamentos e desígnios, para restabelecer a ordem e preservar o *status quo*. Nesse processo, o parlamentar e ex-capitão do Exército torna-se Jair Messias Bolsonaro, fazendo com que seu nome próprio passe a representar, a um só tempo, o ultraconservadorismo militar, com o qual se elege deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1991, e o fundamentalismo religioso, ao qual passa a se vincular paulatinamente a partir de 2011, com o debate sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, renomeado de *kit gay* pela bancada conservadora no Congresso (Morais; Moita Lopes, 2024).

Mythos como logos

Durante as eleições presidenciais em 2018, o sagrado e a guerra pareceram se fundir na linguagem política do eleitorado da extrema direita brasileira, tornando-se comum a circulação de imagens com lideranças religiosas e fiéis simulando armas com os dedos das mãos. Em vez da oposição "entre a cruz e a espada", sua síntese simbólica: a cruz-espada, em que a cruz passa

a sacralizar a violência e a espada passa a ser o meio para conquistar a salvação nacional. Com isso, a palavra sagrada passa a legitimar a força e a força passa a se ancorar na autoridade sagrada. Essa cena mítico-bélica funde palavra e força, tornando-se uma mensagem para o auditório político de Bolsonaro.

Spyer (2022) destaca a importância de temas como o de “família” para a disputa eleitoral no Brasil em 2018 e 2022. Ao entrevistar uma tradicional eleitora do Partido dos Trabalhadores (PT), a qual votou duas vezes em Dilma Rousseff e duas vezes em Luiz Inácio Lula da Silva, Clemira (nome fictício) disse ter votado em Jair Bolsonaro em 2018 e afirmou que votaria nele novamente em 2022. Para o antropólogo e historiador, a posição de Clemira não é homogênea em um grupo composto de aproximadamente 60 milhões de evangélicos, embora possa expressar uma visão relativamente comum.

Spyer (2022) destaca que a pesquisa realizada pelo Datafolha mostrou que 43% dos evangélicos consideravam Lula (PT) como o melhor presidente brasileiro da história, enquanto 19% afirmavam ser Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL). A matéria aponta ainda para o fato de que 46% dos que se declaravam evangélicos optariam pelo petista naquele pleito, ao passo que 44% tinham a pretensão de reeleger o então presidente. Um aspecto que se sobressai na resposta de Clemira é que ela não atribui sua preferência à religião, mas à importância da “família” na definição do caráter, termo que repete 11 vezes em sua curta fala:

Eu prefiro uma pessoa que não **defenda** as minhas **finanças**, mas que **defenda** a minha **família**. [...] Então, hoje, se eu tiver que permanecer sendo pobre, se meu filho não puder mais exercer o **direito** dele de engenheiro, minha filha, de psicóloga, a outra filha, de pedagoga, eu não me importo. [...] Eu prefiro que eles varram rua, vendam picolé, vendam bala nos ônibus, mas tenham a **família**. Prefiro isso a alguém [...] que proporciona algo melhor **financeiramente** e ver [meus filhos] divorciados, acabados, sem respeito pela **família**. Minha mãe me criou em uma **família pobre**, mas eu tenho **caráter**, e a **riqueza** nunca me fez falta no **caráter**... Não é **religião**, não é questão da minha **crença**, é a **família**. Se um dia eu tiver que passar fome, eu passo com a minha **família**. [...] Eu até gosto do Lula, mas a esquerda não gosta de mim. Se alguém hoje ficar do lado dos ricos e me proporcionar mais **pobreza** e não me tirar a **família**, o **caráter** da minha **família**, eu sou mais ele do que alguém que diz: “Eu quero **destruir** a **família** mesmo. **Nós** estamos aqui para **acabar** com a **família** mesmo. **Nós** estamos aqui para **acabar** com a **família**”. Como vou dar voto a esse cara aí? (Clemira *apud* Spyer, 2022, p. 2-4, grifo nosso).

Há, nessa resposta, alguns aspectos interessantes para nossa investigação: primeiro, o de que todo eleitorado é fluido e heterogêneo, composto inclusive de eleitores potenciais do campo político oposto; segundo, a importância do “sentido existencial” para a condição humana, tornando secundários aspectos até mesmo econômicos e jurídicos, como demonstrado no uso

de palavras como “direito” e “finanças”; terceiro, o modo como determinados conceitos parecem funcionar como atratores semânticos na organização desse sentido de existência, como é o caso de “família”, o qual atravessa (trans)historicamente distintas sociedades e culturas humanas;¹ quarto, a lógica da defesa-ataque aos valores e às instituições tidas como sagradas nas palavras “defesa” e “acabar”.

De acordo com Benjamin (2013, p. 92), “[o] caráter, de fato, é usualmente inserido em um contexto ético, enquanto o destino, em um contexto religioso”. Da complexa análise do pensador em relação às diferenças entre os conceitos de **destino** e **caráter**, retemos a importância deste último para a “ordenação ética do mundo”, colocado por Clemira como anterior à visão religiosa.

A memória mítica que sustenta esse discurso parece atravessar grupos sociais antagônicos, como é o caso de ricos e pobres, tornando-se um lugar argumentativo privilegiado na busca de adesão a propostas tanto políticas como antipolíticas (sobre esse conceito, ver Avritzer, 2020). A expressão nominal “cidadão de bem”, posição-sujeito construída pela extrema direita brasileira para organizar discursivamente os sentidos de suas falas, funde semioticamente uma categoria fundamentalmente política, a de cidadão, com uma fundamentalmente moral, a de bem. Em termos retóricos, podemos dizer que tal expressão funde o *logos*, relacionado à fala pública e à persuasão da *polis*,² com o *mythos*, associado à fundação imaginária de um povo.

A preposição **de** une uma entidade concreta, social, a uma entidade abstrata, o valor, especificando o tipo de cidadão de que se trata. Dentre todos os cidadãos, haveria os “de bem”, antagonizando, por pressuposto, com aqueles “do mal”, dotados de direitos, mas sem os merecer por suas ações e seus comportamentos contrários à lei e à ordem, terrenas e divinas. A locução adjetiva **de bem**, portanto, funciona como um marcador linguístico que sobredetermina discursivamente o político pelo mítico, o natural (*physis*) pelo metafísico (*metaphysis*), a quantidade pela qualidade, as aparências pelas essências.

Em 11 de novembro de 2022, um fotógrafo anônimo registrou uma cena que circulou nas redes sociais. Refere-se às manifestações em frente aos quartéis do Exército ocorridas em 7 de

¹ Para Castoriadis (2004, p. 169-170), “Há [instituições] que são, em abstrato, trans-históricas em sua forma. Por exemplo, a língua: cada língua é diferente, mas não há sociedade sem língua; ou o indivíduo: o tipo de indivíduo é, concretamente, diferente em cada sociedade, mas não há sociedade que não estabeleça qualquer tipo de indivíduo; ou a família: a organização específica e o ‘conteúdo’ da família, são, em cada caso, diferentes, mas não pode haver sociedade que não assegure a reprodução e a socialização da próxima geração, e a instituição responsável por isso é a família, qualquer que seja sua forma [...]”.

² Aristóteles (2022, p. 12-13) define a retórica como “a capacidade de descobrir os possíveis meios de persuasão em qualquer assunto. [...] Há três tipos de provas obtidas por meio do discurso: as que dependem da impressão moral de quem discursa [*ethos*]; as que colocam o ouvinte em certo estado de espírito [*páthos*]; e as que são próprias da fala, uma vez que sejam capazes de provar ou esclarecer algo [*logos*]”. Sobre os tipos de discurso, destaca: “No tipo deliberativo, temos a exortação ou dissuasão [...]. No tipo forense, temos a acusação e a defesa [...]. Por fim, no tipo epitélico, temos tanto o elogio como a censura. [...] Para o orador deliberativo, o fim é o conveniente ou o prejudicial [...]. Para os oradores forenses, o fim é o justo ou o injusto [...]. Para os que elogiam ou censuram, o fim é o belo e o vergonhoso [...]” (Aristóteles, 2022, p. 21-22). A guerra e a defesa nacional possuem centralidade em sua perspectiva retórica: “São cinco, em número, os temas mais importantes sobre os quais todos deliberam e sobre os quais os oradores deliberativos dão conselhos, a saber: as vias e os meios referentes às despesas, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações, e legislação” (Aristóteles, 2022, p. 24).



novembro de 2022, como reação ao resultado do segundo turno das últimas eleições presidenciais brasileiras, ocorrido em 30 de outubro de 2022. A vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, derrotando Jair Bolsonaro (PL), gerou uma reação nos eleitores deste último, como podemos ver na figura 1.

Figura 1. Mulher se ajoelha em frente a membros do Exército, em 2022.



Fonte: Notícias Paralelas (2022).

Na fotografia, símbolos nacionais, como a bandeira e as cores verde e amarelo, unem-se ao ritual religioso de ajoelhar-se e juntar as mãos com o olhar em direção ao céu. No lugar do salvador, dois soldados que representam metonimicamente as Forças Armadas brasileiras, significadas como “exército de Deus”. A composição imagética funde o sagrado e o profano; a cruz e a espada; a palavra e a força; o *mythos* e o *logos*; a sociedade civil e o Estado. Podemos associá-la ao voto de Jair Bolsonaro (Partido Social Cristão – PSC) na sessão de julgamento da admissibilidade do processo de impedimento do mandato de Dilma Rousseff (PT), na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016:

Nesse dia de **glória** para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa, parabéns presidente Eduardo Cunha. **Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência** das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, **pela memória** do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, **pelo Exército de Caxias, por nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos**, o meu voto é sim (Bolsonaro, 2016a *apud* Moraes, 2019, grifo nosso).

Em seu voto, Bolsonaro retoma a memória histórica da ditadura para condensar a apologia militarista da tortura com a sacralização fundamentalista da sexualidade (Moraes; Moita Lopes, 2024). Com argumentos de “combate” ao inimigo, o pronunciamento opõe dois lados diametralmente opostos e irreconciliáveis no Brasil, o bem e o mal. Trata-se, para o parlamentar, de um dia de “glória”, ou seja, memorável, tanto como o 31 de Março para a “Revolução de 1964”. Para tanto, supõe a existência de uma opressão contra os defensores de

Deus, da pátria, da liberdade e da família, uma vez que os “perdedores de 64”, derrotados pelos militares, estariam no governo desde 2011. Se no primeiro contexto, os “cidadãos de bem” evitaram que tais grupos tomassem o poder, no segundo, estariam votando pela sua retirada do governo, libertando o país.

O uso da preposição **por** visa definir a finalidade do voto, a qual, por sua vez, justifica e legitima as violências cometidas, físicas e simbólicas, no passado e no presente. O deputado fala em “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula”, “pela nossa liberdade”, “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, “pelo Exército de Caxias”, “por nossas Forças Armadas”, “por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos”. Pela nomeação, corporifica valores e instituições, como em um “profetismo reverso” que busca recuperar eventos primordiais associados à Palavra divina. Torna-se, então, voz dessa Voz. Ao nomear o torturador Ustra e ostentá-lo como o “pavor de Dilma Rousseff”, não apenas o traz à vida, mas resgata-o dos porões da ditadura – lugar de vergonha, culpa e censura – para a cena pública, transformando seus atos em morais ao conquistar a legitimidade do reconhecimento público. A enunciação “corajosa” e “destemida” da “verdade” para milhões de espectadores alça-o a “herói”, a “mito”, capaz de transformar “violência crua” em “mensagem” do poder; o “efeito da vitória” e a morte física e simbólica do “inimigo golpeado” em “poder sobrenatural” e “impessoal”, em “força” e “benção”; a palavra política em palavra mágica, relacionada ao “dom da graça” e à “necessidade de ordem”, adquirindo a imagem de um cruzado.

A preposição **por** se assemelha à locução preposicional **em nome de**, podendo, inclusive, ser equivalentes em certas estruturas gramaticais e ligar termos com mesma função, como nos casos em que se referem à representação de algo ou alguém: “falar **por** X” é equivalente a “falar **em nome de** X”. O mesmo ocorre quando se trata de uma justificativa: “lutou **por** justiça” e “lutou **em nome da** justiça”. **Por** remete, então, a uma causa ou um desejo (a causa do voto foi o desejo por justiça, por exemplo) e **em nome de** foca a autoridade ou o valor moral da fonte simbólica, transferindo o poder e a responsabilidade da ação para uma instância maior e transformando aquele que fala em um porta-voz (instrumento ou efeito) dessa instância (**em nome da** justiça equivale a **agir pela** e **para** a justiça). Se o poder é o instrumento, o meio, o método, assim como a violência, o sagrado é a causa, o fim, o saber, a memória.

Assim, “agir pela justiça” tem a finalidade de ancorar tal ação na autoridade do justo, o qual remete à Palavra primordial, materializando essa instância ausente em um corpo presente. Por esses meios, a voz cria efeitos materiais sobre os interlocutores. No caso dos símbolos sagrados, são tidos como revelados. Logo, são evidentes, inegociáveis e imutáveis, como “coisas em si”, anteriores à política e ao poder deliberativo da *polis*.

Ao falar “por” e “em nome de” Deus, da pátria, da família e da propriedade, ideais que, nessa ótica, devem estar “acima de tudo e de todos”, busca defendê-los contra ataques. Com base nisso, Bolsonaro justifica a violência do Estado, transformando-a em um “meio” para um “fim” maior,

transitando da negação moral da violência para sua apologia e glorificação. Esse movimento enunciativo busca se tornar legítimo ao construir um cenário de guerra, física e cultural, no qual a vida do inimigo representa a morte dos amigos (Rocha, 2021).

Tal análise nos permite compreender porque tal voto não gerou repúdio e repulsa por parte hegemônica da sociedade, majoritariamente cristã. O voto de Bolsonaro em 2016 funciona como um acontecimento discursivo, que passa a tornar publicamente dizível que o Brasil atual seria o “avesso do mundo” moral.³ Esse discurso político propõe, portanto, que o que está do “avesso” seria, na verdade, a normalidade pós-Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que teria invertido a “ordem natural” das coisas ao se propor a dessacralizar as tradições brasileiras. Nesse sentido, virar o mundo do avesso seria retorná-lo à sua ordem correta, em que a democracia atual seria a verdadeira ditadura e a ditadura militar de 1964 seria a verdadeira democracia.⁴

Há um espelhamento invertido aqui entre *mythos* e *logos*, em que um lado é o avesso do outro. Para a extrema direita, o mundo estaria do avesso ao se falar em cidadania sexual e em Direitos Humanos, os quais romperiam com a memória mítica. Para os democratas, os grupos intolerantes seriam a expressão do “avesso do mundo” (Cesarino, 2022), transformando o marginal em centro ao alçar a violência à norma. Para a visão mítica, seu “avesso do mundo” é o real, ou seja, o mundo contemporâneo seria o caos, o avesso da ordem e da moral, tendo sua irreabilidade manifesta no “politicamente correto” e na “ideologia de gênero”. Para a visão científica, a moralidade histórica inclusiva é o real, sendo a inversão mágica o “avesso do mundo”, o caos, a desordem. A natureza, nesse embate, é disputada entre a sacralidade e a materialidade. Esse padrão será reforçado até as últimas eleições presidenciais. Vejamos a declaração de Bolsonaro em 7 de julho de 2022, durante sua participação na Marcha para Jesus, em São Paulo (SP):

Temos uma posição: somos contra o **aborto**, contra a “ideologia de **gênero**”, contra a liberação das **drogas** e somos defensores da **família** brasileira [...]. **Nós [cristãos] somos a maioria do país, a maioria do bem. E nessa guerra do bem contra o mal, o bem vencerá mais uma vez.** [...] Vejam como vivem

³ Remetemos aqui a Cesarino (2022, p. 15): “Meu argumento é que, hoje, as novas mídias favorecem uma dinâmica sistêmica que chamo, com base no antropólogo Victor Turner ([1969] 2013), de *antiestrutural*. A antiestrutural é a antinorma: aquelas camadas marginalizadas, latentes, heterodoxas do sistema numa dada configuração sócio-histórica. Quando o centro organizador dessa configuração entra em crise, a antiestrutural é o que emerge para a superfície, tensionando o sistema como um todo na direção de seus limites estruturais. Como resultado, ele vai se dobrando sobre si mesmo, fazendo os extremos que o delimitavam se tocarem e se recombinarem, invertendo suas hierarquias: o que era marginal vai para o centro, o que estava embaixo vai para cima etc. O centro do sistema é assim tensionado de modo que a configuração como um todo vire ‘do avesso’ [...]”.

⁴ A esse respeito, Nobre (2020) destaca: “Bolsonaro está dizendo que primeiro precisa destruir para depois poder construir, e o que vai construir? A real democracia. A democracia falsa é a da Constituição de 1988, por várias razões, e a primeira delas é que a Constituição acabou com a ditadura militar, o modelo do que é uma democracia para Bolsonaro – todos os partidos e governos que vieram depois são de esquerda. E essa é a falsa democracia. Até partidos tradicionalmente de direita são considerados de esquerda, porque estiveram no poder nesse período pós-Constituição. Então, o primeiro passo é destruir a ordem constitucional e as instituições ligadas a elas”.



nossos irmãos na Venezuela. Como estão indo outros países, como Argentina, Chile e Colômbia. Nós não queremos isso para o nosso Brasil. O Brasil é uma potência em todos os aspectos, em especial no ser humano, que habita aqui. [...] [P]roblemas todos nós temos por aqui, [...] os **materiais** são passageiros. Os **espirituais** devemos nos preocupar sim. **Só um homem ou uma mulher com liberdade pode viver em felicidade.** (Bolsonaro..., 2022).

Colocadas as pautas morais de sua plataforma política, em seguida, o então presidente passa a constituir seu argumento por meio do esquema da guerra. Em vez de se colocar na posição de ataque aos grupos minoritários, projeta seu grupo como atacado por estes. Essa perspectiva das disputas sociais inverte a fórmula argumentativa Nós × Eles pela fórmula Eles × Nós, deslocando a ação primeira para os grupos subalternos, a fim de legitimar a violência cometida e a ainda a ser cometida como reações, como respostas aos ataques sofridos. Não se trata de diminuir o poder do próprio grupo, algo que seria contraditório, típico da covardia ou da fraqueza, mas de construir imaginariamente uma relação de passividade contingente de seu grupo, de amistosidade e permissividade, fazendo com que sua fala possa funcionar como um chamamento, um comando, uma interpelação à ação. Se o Nós é forte e dotado de superioridade moral, sua desmobilização e indisciplina torna o “inimigo” mais forte em suas conquistas.

Destarte, ações violentas são colocadas como “legítima defesa”, como “direito de ataque” e “de morte”, posto que, ao se falar em defesa, remete-se a uma necessidade e a um direito ancestral de sobrevivência. Qualquer avanço da outra parte representa um recuo ou perda de espaço – territorial ou simbólico – da parte que supostamente estaria sendo atacada, o Nós. Cria-se, assim, uma lógica de exclusão diametral entre os grupos em conflito, um jogo de soma zero, em que o “Eles × Nós” significa um “ou Nós, ou Eles”, em que o diálogo se transforma em traição e a tolerância, em covardia.

O esquema da guerra torna, assim, a agressão um dever, desloca a violência da imoralidade para a moralidade, pois teria a finalidade de proteger e garantir segurança do endogrupo, transformando-o em guerreiro. Nesse viés, o mundo deve voltar a espelhar a maioria, e não as minorias. Caso contrário, continuará a inversão do mundo, como dito na seguinte passagem: “Nós [cristãos] somos a maioria do país, a maioria do bem. E nessa guerra do bem contra o mal, o bem vencerá mais uma vez” (Bolsonaro..., 2022). Os cristãos possuiriam legitimidade não apenas por serem mais numerosos, mas por se alinharem a valores superiores, dotando-lhes de maior autoridade e credibilidade em relação ao restante.

O contraste entre os aspectos materiais e os espirituais reforça o deslocamento simbólico da disputa das contradições materiais na sociedade para os antagonismos espirituais em torno do sagrado. Esse padrão argumentativo é parafraseado no pronunciamento da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, em 17 de agosto 2022, em um comício na cidade de Juiz de Fora (MG) durante campanha à reeleição de Jair Bolsonaro:

Oi, boa tarde Juiz de Fora, na verdade, a pessoa mais importante aqui, depois de **Deus**, são vocês. Obrigada por esse momento lindo por esse momento de **unidade de comunhão** onde vocês saíram de casa para estar aqui nos prestigiando nesse início de um novo ciclo, o lançamento da candidatura presidencial do meu esposo. Com a ajuda do **povo**, com a ajuda do nosso **bom Deus**, o nosso Brasil vai sair vitorioso. Nós pedimos a **Deus** neste momento que haja **proteção** dos céus, que haja **amor**, que haja **paz**, que haja **sabedoria**, **libertação** para aqueles que são enganados, porque nós sabemos que o **inimigo**, ele só quer **roubar**, **matar** e **destruir**, e manter as pessoas em **cativeiros**, **cegas**, mas nós pedimos para **Deus** essa **libertação** para a nossa **nação**. É um país rico, um país próspero que precisa ser **liberto**, que precisa sair dessas amarras de **mentira**, de **mendigagem**, a nossa terra é uma terra próspera, produtiva, abençoada e nós não aceitamos mais esse **espírito de miséria** no nosso Brasil. É sim uma campanha muito simbólica, uma campanha aonde o povo brasileiro vai ser **liberto da mentira e do engano em nome de Jesus**. Obrigada, meus queridos, obrigada pelas **orações**, obrigada por todos que **rezam** pela nossa **família**, pelo nosso governo, obrigada a todos que mandam energias positivas para as nossas vidas sem a força de vocês, nós não estaríamos de pé, com certeza. Essa campanha, mais uma vez é um **milagre de Deus**, começou em 2019, quando **Deus fez um milagre na vida do meu marido**, porque aqueles que pregam **amor** e a **pacificação**, atentaram contra a vida dele, mas **Deus é maior**, e a **justiça do senhor** será feita. Obrigada a todos, que **Deus dê sabedoria e discernimento** ao nosso **povo** brasileiro, para que não entregue o nosso país, a nossa nação tão amada por **Deus** na mão dos nossos **inimigos**. Muito obrigada meus queridos. Nesse momento **vamos rezar o pai nosso que é a oração universal** [...] (Bolsonaro *apud* Souza, 2025, p. 34, grifo nosso).

Como podemos ver, Michelle Bolsonaro utiliza a palavra Deus nove vezes, remetendo, em paralelo, aos vícios e crimes defendidos pela ideologia que ataca os mandamentos cristãos. Se, de um lado, o “cidadão de bem” prega a “unidade de comunhão”, o “amor”, a “paz”, a “sabedoria”, a “justiça”, o “discernimento” e a “verdade”; do outro, o “inimigo” ou “cidadão do mal” prega o “roubo”, o “assassinato” (matar), a “destruição”, a “escravidão” (cativeiro), o “engano”, a “cegueira”, a “mentira”, a “mendigagem” e o “espírito de miséria”. A guerra não se resumiria a um conflito terreno, mas divino, falando-se em “proteção dos céus” e “libertação”. Não se trata, portanto, apenas de votar ou se mobilizar politicamente, sendo necessário, ainda, rezar, pela família Bolsonaro e por todos, uma vez que o Pai Nosso seria a oração universal da salvação.

O retorno à cidade de Juiz de Fora (MG) para o lançamento da campanha tem um aspecto de rememoração do atentado a Jair Bolsonaro em 6 de setembro de 2018, ou seja, visa retomar a memória do “milagre” que o teria consagrado em “mito”, tocado por Deus ao ser salvo da morte. A partir de então, passa a poder falar em Seu nome: “Essa campanha, mais uma vez é um milagre

de Deus, começou em 2019 [, na verdade, 2018], quando Deus fez um milagre na vida do meu marido[...]" (Bolsonaro *apud* Souza, 2025, p. 34).⁵ Os autores do atentado teriam sido justamente os que "pregam amor e a pacificação". A denúncia da hipocrisia do inimigo – típica do discurso jurídico, nesse caso, associada à justiça divina – aponta para quem, de fato, teria iniciado a guerra, o outro lado.

Michelle Bolsonaro busca falar pelo divino, transformando a campanha política em porta-voz de Seus desígnios, como fica claro ao dizer que se trata de "uma campanha muito simbólica, uma campanha aonde o povo brasileiro vai ser liberto da mentira e do engano **em nome de Jesus**" (Bolsonaro *apud* Souza, 2025, p. 34, grifo nosso). O poder de sua palavra migra, então, do *logos* político para o *mythos* religioso. Pouco antes de encerrar sua fala, pede "que Deus dê **sabedoria e discernimento** ao nosso povo brasileiro, para que não entregue o nosso país, a nossa nação tão amada por Deus na mão dos nossos **inimigos**" (Bolsonaro *apud* Souza, 2025, p. 34, grifo nosso).

O campo do sagrado, portanto, fundamenta não somente comportamentos éticos e ritualizações estéticas, mas também a clareza cognitiva contra a confusão do mundo. Produz uma ordenação em meio ao caos que pode auxiliar eleitores e fiéis a deliberar da melhor forma em direção ao bem comum. Uma semana antes das eleições presidenciais, em 30 de setembro de 2022, Jair Bolsonaro reforça essa posição ao se pronunciar em um vídeo no YouTube, intitulado *Fácil nunca será!*, no qual afirma:

O próximo domingo será um grande dia para todos nós brasileiros. E, por que não dizer, para o mundo também?! O outro lado tem artistas, tem a **grande mídia** com eles, tem **mentiras**, tem **propostas absurdas**. Só promessas, e você sabe que a grande marca deles sempre foi **a corrupção e o descaso para com a família brasileira e para com as religiões**. Dizem que eu falo palavrão. Sim, de vez em quando falo palavrão, mas não sou **ladrão**. **E as minhas cores são a verde e a amarelo**. Vejam como está o mundo e como está o Brasil. Gasolina abaixo de cinco reais, etanol abaixo de quatro reais. Auxílio Brasil como nunca visto. Três vezes superior ao antigo Bolsa Família. Levamos água para o Nordeste, recuperamos o modal ferroviário no Brasil, criamos o Pix, transformamos realmente o nosso povo em cidadão. Nós queremos é continuar fazendo isso, trabalhando por você. **O nosso governo é o governo de Deus, Pátria, Família e Liberdade**. Dois de outubro. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos** (Bolsonaro *apud* SOUZA, 2025, p. 36, grifo nosso).

⁵ A esse respeito, consultar: ESTADÃO Conteúdo. Michelle Bolsonaro discursa em tom de campanha e faz oração em Juiz de Fora. *Uol*, Brasília, DF, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/16/michelle-bolsonaro-discursa-em-tom-de-campanha-e-faz-oracao-em-juiz-de-fora.htm>. Acesso em: 17 out. 2025.



Novamente, os argumentos principais giram em torno de pautas morais, remetendo a vícios e temas bíblicos como “mentira”, “corrupção” e “roubo”. Em sua declaração ao eleitorado brasileiro, Bolsonaro busca construir uma imagem fundada no “caráter”, dividido entre seu respeito aos símbolos religiosos e nacionais, fundindo a memória mítica com a memória social da fundação do Estado-nação brasileiro, mitificado pela historiografia oficial na construção romântica de um povo e alma únicos, destinados à união. “Seu governo é o governo de Deus”, estando acima dos partidos, da fragmentação ideológica, das contradições e disputas internas pelo poder, tidas como imorais e corruptas. No fim, o *slogan* da sua campanha condensa a topologia hierárquica que coloca o mítico acima do racional: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Para finalizar, sustentamos que os conceitos morais funcionam como “gatilhos” privilegiados para o acesso a um tipo de memória coletiva específica, a memória mítica, relacionada à fundação imaginária de um grupo ou sociedade e das normas que lhes permitem dar sentido à própria existência histórica. Tal memória é retomada constantemente no discurso político bolsonarista para ancorar a autoridade, a legitimidade e a credibilidade de suas propostas deliberativas para as decisões da coletividade, mesmo que antipolíticas. A defesa de um objeto simbólico tido como sagrado garante para seu grupo a certeza de estar do lado do “bem”, tornando tais ações automaticamente benévolas, visto que associadas à manutenção de uma esfera transcendental, a ordem.

Considerações finais

No presente texto, tivemos por objetivo investigar como a memória mítica atravessa o esquema da guerra na elaboração de um campo semântico que ressignifica a violência como ação benévola no Brasil contemporâneo, em específico, através da concepção de uma guerra sagrada. Tendo isso em mente, analisamos o funcionamento da preposição **por** e da locução **em nome de** em quatro enunciados produzidos por Jair e Michelle Bolsonaro. Como conclusão, sustentamos que tais formas linguísticas criam efeitos discursivos de modalidade ou finalidade, com o objetivo de indicar a autoridade semântica do enunciado, o sagrado, em relação à ação instrumental, a violência, para transferir a responsabilidade da apologia da guerra, em que os símbolos míticos funcionam como os garantidores ou fiadores morais desta última.

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Vinicius Chichurra. Petrópolis: Vozes, 2022.
- AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução: Susana Kampff Lages, Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2013.



- BOLSONARO diz que país enfrenta "guerra do bem contra o mal". DW, [s.l.], 9 jul. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-diz-que-pa%C3%ADs-enfrenta-guerra-do-bem-contra-o-mal/a-62419638>. Acesso em: 16 de jul. 2025.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2019.
- CANETTI, Elias. *Masse und Macht* [Massa e poder]. Hamburg: [s. n.], 1960.
- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. Tradução: J. Guinsburg, Miriam Schanaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Tradução: Marcia Consolim. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAN, Byung-Chul. *O que é poder?* Tradução: Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LINDHOLM, Charles. *Carisma: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder*. Tradução: Carlos Augusto Costa Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- MESLIN, Michel. *Fundamentos de antropologia religiosa: a experiência humana do divino*. Tradução: Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MORAIS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema direita brasileira na atualidade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v20i1.12129>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- MORAIS, Argus Romero Abreu de; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. "Virada moral" e entextualização do homossexual como pedófilo em falas de Bolsonaro no Congresso (2000 a 2018). *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 68, e17547, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/17547>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- NOBRE, Marcos. *Marcos Nobre*: "Se não houver acordo entre as forças do campo democrático, Bolsonaro está reeleito". [Entrevista cedida a] Anna Beatriz Anjos. *Pública*, São Paulo, 4 mar. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/marcos-nobre-se-nao-houver-acordo-entre-as-forcas-do-campo-democratico-bolsonaro-esta-reeleito/>. Acesso em: 16 de jul. 2025.



- NOTÍCIAS Paralelas. [*Patriota se ajoelha e começa a orar diante de 2 militares achando serem do exército de Deus*]. [S. l.], 11 nov. 2022. X: @NP_Oficial. Disponível em: https://x.com/NP__Oficial/status/1591123301543612417. Acesso em: 17 out. 2025.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-50.
- ROCHA, João César de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- SANQUE, Douglas Roberto Knupp. "*Pela família*": múltiplas indexicalidades do signo "família" na comunicação do *impeachment* de Dilma Rousseff. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Brenda Pereira de. O discurso da extrema direita em peças de campanha do Partido Liberal no contexto das eleições de 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2025. No prelo.
- SHILS, Edward. Charisma, order, status. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 199-213, abr. 1965.
- SPYER, Juliano. Evangélica opta por Bolsonaro de novo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2022/03/evangelica-opta-por-bolsonaro-de-novo.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.